

ALTERNATIVA NA ALTERNÂNCIA: conhecendo os sujeitos da Escola Família Agrícola (EFA) e suas contribuições no processo de reprodução camponesa em Anagé/BA¹

ALTERNATIVE IN THE ALTERNATION: knowing the subjects of the School Family Agriculture (EFA) and its contributions in the process of peasant reproduction in Anagé/BA

Guilherme Matos de Oliveira

Mestrando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB). Bolsista CAPES. ggui995@gmail.com

João Paulo Dionôr Souza

Graduado em Geografia pelo Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) jpdionor2@gmail.com

Suzane Tosta Souza

Doutora em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Professora dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação (Lato Sensu e Strictu Sensu) em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) suzanetosta@gmail.com

Resumo

Na busca pela compreensão da reprodução do campesinato em meio às contradições do modo de produção vigente, este texto tem o intuito de elucidar as trajetórias dos sujeitos que compõem a Escola Família Agrícola (EFA) do município de Anagé, no estado da Bahia, ao passo de entender como suas atividades pedagógicas estão em consonância à realidade das comunidades onde seus integrantes fazem parte; e de como a proposta da pedagogia da alternância trabalhada nessa escola vem contribuindo, estrategicamente, como uma alternativa – dentre várias outras – para a garantia de reprodução da vida e do trabalho camponês nesse município.

Palavras-Chave: Camponeses. Educação do Campo. Pedagogia da Alternância.

Abstract

In the quest to understand the reproduction of the peasantry amid the contradictions of the current mode of production, this text aims to elucidate the trajectories of the subjects that compose the School Family Agriculture (EFA) of the county of Anagé, in the state of Bahia, while understanding how their pedagogical activities are in line with the reality of the communities where its members are part; and of how the proposal of the pedagogy of alternation worked in this school has been contributing, strategically, as an alternative

– among several others – to guarantee the reproduction of life and peasant work in this county.

Keywords: Peasants. Field Education. Pedagogy of Alternation.

Introdução

A produção do espaço agrário brasileiro remete, constantemente, ao enfrentamento de diferentes classes sociais no campo, na qual ocorrem inúmeras disputas pela hegemonia do território, em que uma das classes (burguesa) promove a inserção/expansão do capital pela via do agronegócio. Este – na sua aparência – prega a necessidade do “desenvolvimento” para o campo, mas – na sua essência – vai estabelecendo a necessidade de sua própria reprodução, por meio de uma ampla e nefasta destruição dos territórios camponeses para continuar obtendo lucros e se acumulando – mesmo que para isso seja preciso devastar tanto a natureza física (terra, água, espécies de plantas e de animais) quanto a natureza social (comunidades camponesas, assentados rurais, indígenas, quilombolas, dentre outros povos do campo).

Esses sujeitos que compõem a natureza social dos espaços camponeses encontram-se do lado oposto, em contrapartida ao projeto ideológico/imperialista do capital e se organizam enquanto classe. Lutam contra as falácias e barbáries instauradas pelo modo de produção atual no campo, mesmo que ainda passem por inúmeras dificuldades no processo de manutenção da essência camponesa², dentre tantos outros entraves na busca da garantia da própria sobrevivência nos seus espaços de origem.

Nesse contexto, cabe colocar que a educação do campo atrela-se historicamente a essas lutas travadas nos mais diferentes recantos do campo brasileiro – em que os movimentos sociais estão intimamente vinculados ao seu projeto educativo na busca de que se efetive a permanência dos camponeses em seus territórios – realidades essas que vêm sendo concretas e indissociáveis no processo de entendimento da questão agrária hodierna. Muito do que se conquistou/conquista na educação do campo se deve às experiências desenvolvidas por diversos sujeitos que a compõem e que buscam, ainda que com muitas resistências ao longo do tempo, desenvolver sua práxis pedagógica consonante à perpetuação do campesinato no espaço agrário.

Assim, este texto tem o intuito de elucidar as trajetórias dos sujeitos que compõem a Escola Família Agrícola (EFA) do município de Anagé, no estado da Bahia, ao passo de entender como suas atividades pedagógicas estão em consonância à realidade das comunidades às quais seus integrantes fazem parte. Propõe-se compreender também como a proposta da pedagogia da alternância³ trabalhada nessa escola vem contribuindo, estrategicamente, como uma alternativa – dentre várias outras – para a garantia de reprodução da vida e do trabalho camponês no município.

No que se refere aos procedimentos metodológicos desta pesquisa, foram realizadas reflexões teóricas alicerçadas em autores que discutem sobre a questão agrária articulada aos pressupostos de resistência dos camponeses na terra de trabalho, sendo a educação do campo necessária nesse processo, como nos aponta Vendramini (2007), Mészáros (2008), Souza (2008), Caldart (2012), dentre outros. São debates que coadunam ao entendimento da realidade concreta dentro do materialismo histórico-dialético. Também foram feitos registros fotográficos e entrevistas direcionadas aos diversos sujeitos da pesquisa – à diretora da escola, aos professores e monitores (5 pessoas), e aos estudantes (20 pessoas), sendo estes últimos identificados neste texto em ordem alfabética a partir da faixa etária de cada um – no intento de compreendermos as ações que esses sujeitos desempenham na relação escola/família em vista da luta pela manutenção do campesinato local.

Breve contextualização da EFA em Anagé/BA

A EFA do município de Anagé – no sudoeste do estado da Bahia – localiza-se a um quilômetro, aproximadamente, de distância do perímetro urbano, a oeste, tendo suas instalações próximas à estrada que leva às comunidades rurais que integram a escola.

O surgimento dessa instituição aconteceu por diversas parcerias, dentre elas: Associação das Escolas e Comunidades Agrícolas da Bahia (AECOFABA), Projeto de Desenvolvimento Comunitário da Região do Rio Gavião (PRÓ-GAVIÃO), membros da Igreja Católica, Prefeitura Municipal e das comunidades camponesas da região “[...] por uma escola em que se contextualizasse a realidade dos pequenos agricultores, que pelo modo de vida camponês vão se reproduzindo e se recriando em suas terras de trabalho” (OLIVEIRA et al., 2017).

Com orientações e apoio advindos da EFA de Riacho de Santana/BA, os parceiros da EFA de Anagé construíram a sua sede em meados de 2001, sob projeto executado pela Prefeitura Municipal, prédio este mostrado na Figura 1.

Figura 1: Entrada da EFA de Anagé



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

No final do mesmo ano, foi feita a divulgação da escola e da sua pedagogia em alternância por alguns parceiros da instituição em trabalhos de base (visitas e palestras) nas comunidades rurais, para que o projeto da escola fosse conhecido pelos agricultores locais. Essas ações de difusão da proposta pedagógica da escola são plausíveis, uma vez que:

Na Pedagogia da Alternância o primeiro ambiente é o familiar e a realidade onde vive. Interagindo com a escola, o educando compartilha os múltiplos saberes que possui com os demais atores, de maneira reflexiva e, finalmente, aplica o conhecimento e a prática na comunidade agrícola ou faz uso delas em movimentos sociais. (CHAVES & FOSCHIERA, 2014, p. 82).

Posteriormente ao processo de divulgação da escola, os trabalhos foram culminados com as matrículas dos adolescentes e jovens que tinham interesse em estudar na EFA no final de 2001, a criação da AEFAAN (Associação da Escola Família Agrícola de Anagé) em fevereiro de 2002 – estando até hoje filiada à AECOFABA e assessorada

por esta –; e o início do funcionamento da escola com duas turmas de sexto ano (antiga quinta série) contando com alunos dos municípios de Anagé e Caraíbas.

Atualmente, a EFA funciona com quatro turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental, sendo a passagem dos estudantes pela escola acontecendo de forma alternada: duas turmas estão na escola na primeira e terceira semana do mês, e as outras duas turmas na segunda e quarta semana, ao passo que todos os estudantes passam quinze dias na escola e quinze dias com suas famílias. Os demais integrantes da instituição passam por ela durante todo o ano letivo, consonante ao calendário anual da AECOFABA. Quanto à trajetória da EFA em Anagé/BA, Oliveira (2018) destaca que:

Numa jornada de dezesseis anos a escola tem agregado alunos de vários municípios vizinhos, além de oferecer um modelo educacional que se difere da educação regular, propondo a prática da educação contextualizada onde se estabelece a relação entre teoria e prática, em vista ao desenvolvimento crítico e social do aluno, bem como da relação do mesmo com seu espaço por meio da produção na terra de trabalho de sua família, fazendo com que eles optem em permanecer no campo. (OLIVEIRA, 2018, p. 32).

Vale salientar que essa realidade de proposta educativa voltada para jovens filhos de agricultores ainda não alcança a totalidade dos espaços de produção camponesa. Todavia, percebe-se a importância do seu projeto nos espaços onde se faz presente, uma vez que a proposta e aplicação desse modelo educacional são necessárias à luta dos camponeses, nas mais diversas realidades do campo brasileiro, baiano e local.

Os sujeitos da EFA e suas perspectivas de reprodução social na relação com a educação camponesa

Com o propósito de conhecer os sujeitos que compõem a EFA⁴, debruçamo-nos na análise dos depoimentos destes para compreendermos o funcionamento das atividades realizadas na escola e de como elas vêm sendo imprescindíveis na vida, no trabalho e na luta social das comunidades camponesas às quais estes sujeitos fazem parte.

Direção da escola

Nos mais diversos espaços de ensino, encontramos pessoas que exercem notáveis e importantes trabalhos para o funcionamento das UE (Unidades Escolares), dentre eles

o de gestão. Na EFA, a proposta que se é utilizada pauta num trabalho autogestionário, sendo todos os integrantes parte desta comunidade, que participam de decisões e rumos traçados pela/para escola. Sobre a autogestão nas EFAs, Almeida Pinto e Germani (2012) afirmam que “[...] experiências que promovam espaços de formação autogestionária, como nos parece possível às EFAs, são fundamentais para que haja o acúmulo teórico e prático na construção de um projeto de sociedade não capitalista” (ALMEIDA PINTO; GERMANI, 2012, p. 12).

Contudo, há pessoas que são indicadas e nomeadas para exercer a função da direção escolar, garantindo, desse modo, a condução das atividades ali existentes. Assim, por meio de entrevista, a atual direção da instituição coloca seus percursos de trabalho nos aspectos pedagógicos e de luta social dentro da realidade agrária do município em estudo.

Em aproximadamente um ano, a atual diretora vem atuando na escola, possuindo pós-graduação na área pedagógica e de origem rural, tendo aproximação com o MPA (Movimento dos Pequenos Agricultores). Pondera-se que o sentido de ser camponesa se vincula às vivências no campo, no trabalho com a terra e no próprio sustento que se retira dela.

Questionada sobre a proposta educacional da escola, a diretora tem pensamento consonante à nossa leitura teórica no sentido de “oferecer uma educação contextualizada condizente com a realidade do aluno do campo” (Entrevista com a diretora da EFA, 13/11/2017). Para ela, esta proposta de educação se vincula e contribui com o fortalecimento do campesinato, pois os alunos vão aprendendo com as práticas realizadas no campo. Os discentes se sentem estimulados a colocar em prática o que aprendem nas suas regiões de origem e, dessa forma, têm a possibilidade de permanecer no campo.

Quanto à relação dos conteúdos disciplinares, relacionados à realidade dos educandos, destaca-se a interação da escola com a família, por meio da pedagogia da alternância – com instrumentos pedagógicos adequados às turmas que se revezam num período de quinze dias entre a escola e a família –, repercutindo, dessa maneira, numa efetiva relação de um ensino em vista de uma aprendizagem significativa. A contribuição dos pais e responsáveis dos alunos nesse processo é crucial à manutenção da escola, tanto no sentido de contribuição material à entidade mantenedora quanto de envolvimento na associação da qual pertence a UE. Esse aporte também se faz importante na busca de

parcerias junto ao poder público (no pagamento de funcionários, aquisição de livros didáticos, entre outras demandas) junto aos movimentos sociais atuantes na região e demais pessoas da sociedade que se identificam com a proposta e dela fazem parte.

A diretora também ressalta como a EFA se espacializou pelo mundo, desde seu surgimento, na França, em 1935, de sua expansão para outros países, da sua chegada ao Brasil em 1968, na Bahia em 1975, e sendo fundada em Anagé em 2002. Sobre o processo histórico de territorialização das EFA's no espaço mundial e brasileiro, De Souza (2008) destaca que:

As Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) se originaram das Maisons Familiares Rurales da França. [...] na iniciativa de três agricultores e um padre de uma comunidade rural do sudoeste da França, quando se confrontaram com a situação de um adolescente de 14 anos que se recusou a ir à escola convencional. Como resultado do debate que se seguiu, foi criada, em 1935, a primeira Maison Familiale Rurale (MFR) de que se tem notícia. [...] No Brasil, a primeira experiência educativa baseada nos CEFFAs se deu no Espírito Santo, em 1968, com a criação da Escola Família Agrícola de Olivânia, no município de Anchieta. [...] A partir da experiência pioneira do Espírito Santo, as EFAs foram se expandindo para outros estados brasileiros, como a Bahia (estado com maior número de escolas atualmente), Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Rondônia, Amapá, Goiás, Santa Catarina e Minas Gerais. (DE SOUZA, 2008, p. 2-3).

Ao afirmar que os objetivos da escola se centram em fornecer uma educação integral e contextualizada, a diretora da EFA pondera que esse processo vem buscando atender às especificidades do público camponês, levando o aluno a se despertar às inúmeras necessidades encontradas no meio rural.

Sobre os docentes que lecionam na EFA, explica-se que esses são escolhidos pela entidade mantenedora e pelos parceiros da escola. Tem-se preferido contar com professores que estão atuantes em movimentos sociais, nas comunidades rurais de origem e de uma formação profissional que se aproxime da realidade do campo.

Frente a tantas realidades e conquistas adquiridas pela EFA, ao longo do tempo, as dificuldades ainda persistem em seus espaços de atuação, seja no chão da escola quanto no chão da casa das famílias dos estudantes camponeses. Dentre as dificuldades, a diretora destaca a escassez de profissionais para monitoria e de manutenção dos instrumentos de

trabalho (espaço físico, materiais didáticos, aquisição e manutenção de equipamentos específicos da escola como a estação meteorológica, entre outros). Contudo:

Buscamos superá-las (as dificuldades) através de um trabalho em rede com outras escolas do mesmo segmento. Cada escola EFA tem uma organização dupla para assegurar e sustentar financeiramente e juridicamente. Tem uma associação local responsável pelo projeto, formado pelos pais, ex-alunos e pessoas comprometidas, também com associações estaduais e nacionais, como a AECOFABA, que é a associação das EFAs no estado da Bahia e a AEFAAN, associação responsável pela EFA do município de Anagé, integrada a outros municípios: Caculé, Licínio de Almeida, Tanque Novo, Riacho de Santana, dentre outros. (Entrevista com a diretora da EFA, em 13/11/2017).

Mesmo diante dessa realidade contínua de dificuldades e de conquistas, a direção reitera sobre a importância da EFA na trajetória de seus alunos, no sentido de quanto essa proposta de educação – que leva em consideração os sujeitos que dela fazem parte – tem colaborado para o crescimento tanto formativo dos alunos quanto na permanência desses jovens camponeses na terra.

Professores e monitores

Dentro desse contexto, torna-se pertinente pensar, em meio à análise dos processos educacionais da EFA, o papel marcante e atuante de seus professores e monitores, uma vez que são, junto com seus alunos, sujeitos que protagonizam o processo de ensino-aprendizagem desenvolvido no cotidiano desta escola. Nesta proposta, vale considerar que o trabalho docente, frente a esse espaço de educação camponesa, tem se tornado influente e de grande contributo tanto na vida dos estudantes, pela aquisição dos conhecimentos sistematizados em sala de aula e na sua aplicação dentro das propriedades agrícolas de suas famílias, quanto na formação e na prática desses próprios docentes – em sua grande maioria vinculados à realidade do campo.

Os professores e/ou monitores da EFA têm agregado em sua formação cursos técnicos como de Agropecuária, de Zootecnia⁵, bem como cursos de graduação em Pedagogia, Geografia, História, Biologia, Agronomia, dentre outros; e cursos de pós-graduação que também se remetem às práticas pedagógicas que vêm desenvolvendo. Sobre o tempo de atuação desses professores e dos monitores na escola, este varia de um

a dezesseis anos – dado importante de ser evidenciado, visto que alguns desses docentes estão presentes desde a fundação e têm permanecido por muitos anos na escola, consolidando suas experiências, sendo essas refletidas nas atividades que são promovidas nela. Cabe ressaltar que alguns dos professores e monitores residem em uma casa na própria escola para que seu trabalho possa ser desenvolvido de forma mais satisfatória.

Sobre a relação com a agricultura camponesa, eles afirmaram com unanimidade que se consideram camponeses, uma vez que estão vinculados à terra, seja por meio da escola ou fora dela, atestando, desse modo, a indagação feita à direção da EFA no tocante à origem e escolha dos profissionais que compõem o quadro de professores dessa escola. Coloca-se que o ensinamento mediado para os estudantes na escola é reflexo das vivências e práticas outrora exercidas na produção agrícola de suas famílias.

A formação desses professores e/ou monitores no período que compreende a educação básica foi realizada tanto na modalidade de ensino regular quanto na própria escola, sendo, dessa forma, alunos egressos da EFA que retornam a ela atualmente como mediadores do conhecimento e da prática que adquiriram ao longo dos anos. Essa realidade “nos faz perceber que o campo está vivo e em constante movimento e que [...] existe uma produção pedagógica, também, por parte destes sujeitos” (CAMACHO, 2009, p. 29).

O sentido de ser camponês para esses sujeitos reitera as discussões sistematizadas no início deste texto sobre a luta camponesa. Para um dos monitores entrevistados, ser camponês “é residir no campo e trabalhar na terra, tirando o sustento da família na lavoura ou em outra atividade relacionada ao camponês” (Entrevista com o monitor C, em 13/11/2017). Essa outra atividade na qual o monitor se refere trata da venda do excedente que é produzido e comercializado para a vizinhança ou, até mesmo, na feira dos finais de semana na sede do município.

Cabe destacar a fala de outro monitor, que ao mesmo tempo exerce a função de professor da escola, sobre o que é ser camponês. Para ele: “**É defender o camponês** e não ficar só na teoria, e sim colocar a mão na massa, colocando em prática o conhecimento adquirido” (Entrevista com o professor/monitor A, 13/11/2017, grifo nosso). O termo em destaque na fala do professor remete à consciência de classe expressada pelos camponeses, que se organizam em luta contra as investidas do capital cada vez mais imerso no contexto do campo, bem como da educação.

No que se remete à proposta educacional da EFA, os entrevistados destacam a peculiaridade de se ter acesso ao conhecimento integrado ao contexto de vida no campo, apontando alternativas para a permanência desses estudantes nas suas terras de origem, evitando o êxodo rural, que vem sendo recorrente nas comunidades rurais do município. Assim, têm-se a valorização do cultivar a terra e o que se extrai dela, do cuidado na utilização dos bens naturais, do trabalho produzido na terra e a luta pelos direitos de garantia da sobrevivência e reprodução social desses jovens, de suas famílias e de suas comunidades como um todo. Desse modo:

É preciso compreender que a educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos. (VENDRAMINI, 2007, p. 123).

Essa proposta de educação articulada vem sendo considerada fundamental no fortalecimento do campesinato, pois, diante da fala dos entrevistados, muito do que se é abordado como conteúdo na escola visa à valorização do campo, das pessoas que dele fazem parte e do trabalho que nele se exerce. De como é possível sobreviver e resistir como camponês na perspectiva da luta revolucionária pelos “espaços de esperança” (HARVEY, 2004), mesmo diante de uma lógica – articulada nos princípios da pós-modernidade e difundida a esses jovens – da “civilização” que só pode ser encontrada e vivenciada nos espaços da cidade. Para um dos entrevistados, tal proposta tem colaborado:

Em educar não para ser (futuramente) pulverizadores do agronegócio e monocultores, mas sim multiplicadores da agricultura de subsistência para que no futuro possam aplicar efetivamente aquilo que aprenderam nas atividades realizadas dentro e fora da sala de aula. (Entrevista com o professor/monitor A, em 13/11/2017).

Perguntados sobre o perfil dos alunos matriculados na EFA, os entrevistados colocam que esses estudantes são, na sua grande maioria, filhos de agricultores locais e de municípios vizinhos, bem como de estudantes que, mesmo residindo na cidade, identificam-se, junto a seus pais, com a proposta pedagógica da escola (questão esta

plausível de destaque, uma vez que a escola não rotula e nem exclui nenhum sujeito, mas valoriza a todos que reconhecem a importância do seu projeto). São jovens que, a cada dia mais, têm valorizado a terra, suas famílias, estão mais ligados à produção agrícola, principalmente no período do TC (Tempo Comunidade) e nas demais atividades realizadas na forma de alternância.

Quanto aos conteúdos que são estudados no TE (Tempo Escola), os professores e monitores destacam a necessidade de se considerar os saberes advindos das ciências sistematizadas na forma de disciplinas, como aponta o Quadro 1, vinculado aos saberes prévios, os quais os estudantes carregam consigo, bem como a realidade de que fazem parte, na busca de consolidação da aprendizagem desses sujeitos.

Quadro 1: Componentes curriculares da EFA

Componentes curriculares	Disciplinas
Base Nacional Comum	Língua Portuguesa Matemática Ciências Geografia História Inglês Artes Educação Física
Parte diversificada	Agricultura Economia Doméstica Zootecnia Educação Religiosa

Fonte: Pesquisa de Campo (2017)

No que diz respeito à articulação desses conteúdos e conhecimentos na vida dos estudantes, Freire (1996) pondera que:

Por isso mesmo, pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos. (FREIRE, 1996, p. 15).

Para que esses conteúdos sejam trabalhados na escola, levando em conta a realidade dos alunos, os professores e monitores se dedicam em mediar o conhecimento adquirido desde suas vivências e práticas na terra, da formação que receberam desde o

Ensino Básico ao Ensino Superior. É por meio de formações continuadas promovidas anualmente pela AECOFABA, na troca de experiência com outras escolas, que eles partilham e aprendem novas estratégias teórico-metodológicas que são possíveis de se ensinar na forma contextualizada, considerando sempre os dois tempos da pedagogia da alternância.

Além dessa atividade, existem outras que são supervisionadas também pelos monitores, como: visitas às famílias dos estudantes, aulas de campo, auxílio nas atividades internas e externas da escola como. Essas atividades contemplam: limpeza das dependências da escola, plantio de frutas, verduras e legumes, adubação de plantas, entre outras, conforme mostra a Figura 2. Nisso, a relação teoria e prática toma materialidade, levando em conta as competências (saber-saber) adquiridas pelos alunos durante as aulas teóricas dentro da sala de aula, e as habilidades (saber-fazer) nas aulas práticas desenvolvidas fora de sala.

Figura 2: Supervisão do monitor no período de tutoria na EFA



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Na visão dos professores e/ou monitores, essa proposta pedagógica que a EFA tem assumido, ao longo dos anos, em Anagé, tem sido concernente à permanência desses jovens no campo e à noção destes de se sentirem parte dele, não perdendo de vista o vínculo com seus valores e seu modo de vida próprio, mesmo que ainda muitos dos jovens residentes na zona rural desse município não tenham o acesso e a possibilidade de estudarem e vivenciarem da proposta utilizada por esta escola.

Estudantes

À luz do propósito de analisar as formas nas quais o campesinato se reproduz pela via da educação, compreendemos que os jovens estudantes do campo compõem sujeitos indispensáveis para o entendimento de nossa leitura quanto à atualidade da luta camponesa, seja no âmbito do ensino-aprendizagem – próprio das relações escolares – seja na relação deles com o chão da terra e com a produção agrícola. Partindo dessa finalidade, torna-se necessário compreender quem são esses jovens e como a materialidade das relações e ações gestadas dentro e fora da escola vão sendo cruciais à permanência dessa parcela camponesa na terra.

Atualmente na EFA existem quatro turmas dos anos finais do Ensino Fundamental, sendo estas integradas na proposta da alternância, em que, na primeira quinzena de aulas, duas turmas fazem parte do TE e as outras duas estão junto à suas famílias e propriedades no TC (Tempo Comunidade). Na segunda quinzena, o processo se inverte, promovendo, dessa maneira, o funcionamento integral das atividades pedagógicas da escola. Diante dessa realidade, e para que estudantes de todas as turmas da escola fossem alcançados, as entrevistas foram agendadas em duas datas distintas, garantindo, desse modo, a participação destes na presente análise.

Os estudantes entrevistados têm entre onze e dezessete anos. Esses jovens residem tanto em povoados quanto na zona urbana de Anagé, bem como em povoados e cidades vizinhas ao município, como mostra o quadro abaixo.

Quadro 2: Localidades de residência dos estudantes da EFA

MUNICÍPIO	LOCALIDADE (Zona Rural ou Urbana)
Anagé	Barra das Brenhas, Bom Sucesso, Brejo, Caçote, Capão, Duas Barras, Fundo, Gameleira, Lajedo, Lapinha, Lagoa da Torta, Lagoa do Morro, Pau Ferro, Pé do Morro, Poço de Lama, Poços, Poço Vermelho, Pombos, Quintas, Retiro, Santo Antônio das Flores (Barragem), Sede, Tabuleiro.
Aracatu	Lagoa das Caraíbas, São Luís
Caraíbas	Lagoa de José, Salinas, Santa Clara, Veredinha
Vitória da Conquista	Sede

Fonte: Pesquisa de Campo (2017).

Sendo em maior número filhos de camponeses, os alunos possuem vínculos com a família e com o universo agrário desde crianças, permanecendo até hoje com seus pais e/ou responsáveis e colaborando nas atividades domésticas e agrícolas tanto na escola, quanto em suas casas e na vizinhança. Essas ações que, conseqüentemente, mediam as relações entre escola-família-comunidade tornam-se importantes tanto para com a formação desses estudantes – no acesso ao conhecimento científico e na prática com o campo – quanto na reprodução camponesa nos espaços onde os estudantes se territorializam e se consolidam como seres do campo.

Considerando essa realidade, a maioria dos estudantes se afirma como camponeses. Essa condição não é unânime por conta de alguns poucos alunos da escola serem oriundos do meio urbano. Entretanto, esses estudantes têm a EFA como referência na sua formação escolar e na prática das lutas sociais que se expressam também no contexto da cidade.

No entendimento desses estudantes, quanto à condição de seres camponeses, levam em conta os conhecimentos buscados cotidianamente mediante atividades que vêm desenvolvendo dentro e fora da escola, sendo essas sempre voltadas ao contexto do campo. Além da maturidade adquirida, surge uma satisfação expressa por esses jovens, que gira em torno do trabalho realizado na terra e de como ela possibilita a realização deles enquanto pessoa humana, bem como na necessidade de permanecerem junto de suas famílias para dar prosseguimento na prática agrícola advinda de gerações anteriores. Essa vontade é amplamente defendida na fala dos estudantes, uma vez que esses camponeses nasceram no meio rural e não enxergam suas trajetórias de vida fora do contexto no qual encontram as possibilidades da garantia de vida e do próprio ser que historicamente tem produzido aqueles espaços.

As famílias desses estudantes são compostas entre duas e sete pessoas, visto que a maioria deles convive com os pais biológicos ou adotivos, chamados popularmente de “pais de criação” (avós, tios ou outro responsável próximo da família), sendo os familiares possuidores de alguma renda mensal correspondentes entre uma a três pessoas – renda essa oriunda de trabalhos agrícolas, comerciais, autônomos, de aposentadoria e em serviço público local. Souza (2008) destaca a importância da EFA para o município e a satisfação dos pais de estudantes pela escola, tanto nos aspectos formativos quanto na valorização da agricultura camponesa em seu modo de vida e trabalho próprio.

No que concerne à educação, parte dos filhos dos camponeses se desloca diariamente para a cidade de Anagé onde dão continuidade aos estudos, com destaque a Escola Família Agrícola (EFA), voltada à realidade do universo camponês. Como a proposta da EFA é a de criar as condições objetivas para a valorização do campo, incentivando os jovens a permanecerem nas unidades de produção das famílias, o calendário escolar desenvolve-se de forma adaptada as necessidades das famílias. Além disso, os conhecimentos teóricos devem ser aplicados na prática, onde após 15 dias de aula consecutivas (manhã e tarde) os educandos passam 15 dias nas roças, aplicando os conhecimentos adquiridos nas escolas. Na EFA de Anagé, existe o ensino até a 8ª série do fundamental. Terminado este período, o nível médio é apenas oferecido na EFA de Riacho de Santana, há mais de 200 km da localidade. Os pais entrevistados têm todo interesse em manter os filhos nesta escola, mas demonstram as dificuldades concretas de manterem os custos de terem filhos estudando em outra cidade. É interessante destacar que os camponeses que possuem filhos na EFA declaram-se plenamente satisfeitos, destacando a ajuda que os filhos já dão para continuar a produção, orientação no plantio, etc., inclusive contribuindo para melhorar a produção; em que determinados conhecimentos os próprios pais não tiveram acesso. No período da vivência os estudantes da EFA que residem na comunidade de Caçote encontravam-se em atividade escolar. Verificou-se, em campo, em visita às roças, algumas experiências já colocadas em prática, por estes jovens que darão continuidade às unidades de produção de seus pais, o que não ocorre em uma escola comum, ainda que seja no meio rural. (SOUZA, 2008, p. 615-616).

A partir dessa conjuntura, muitos agricultores locais e de outros municípios têm se identificado com a proposta de trabalho da escola, procurando matricular seus filhos na EFA para que as experiências adquiridas desse processo educacional possam atingir seus espaços onde predominam a produção camponesa. Dessa forma:

[...] o modo de fazer a luta pela escola tem desafiado os camponeses a ocupá-la também nessa perspectiva, como sujeitos, humanos, sociais, coletivos, com a vida real e por inteiro, trazendo as contradições sociais, as potencialidades e os conflitos humanos para dentro do processo pedagógico, requerendo uma concepção de conhecimento e de estudo que trabalhe com essa vida concreta. (CALDART, 2012, p. 265).

Quanto à escolha em estudar nessa escola, os estudantes colocam o interesse em passar uma quinzena aprendendo conteúdos e associá-los ao universo agrário pelo interesse em conhecer e ajudar com o trabalho na terra na qual seus pais têm cultivado, como coloca a estudante E: “quero aprofundar meus conhecimentos para ajudar minha família”.

Em meio ao interesse pela continuidade do trabalho feito pelas suas famílias na terra, colocam os estudantes que, se estivessem em outra escola, não atingiriam um aprendizado significativo, reconhecendo, desse modo, as benesses as quais a pedagogia da escola proporciona, refletidas em atividades desenvolvidas nas propriedades desses jovens. Tal identificação tem despertado em alguns deles o desejo de permanecerem estudando na escola e só concluírem seus estudos em nível tecnológico. A estudante Q destaca sua escolha pela escola e a peculiaridade dos ensinamentos que tem adquirido nela: “[...] a EFA é diferente. Ela aprofunda mais nos conhecimentos do campo e também é um conhecimento de como conviver em uma comunidade. É como se fosse uma família. O nome da própria escola diz, ‘família agrícola’”.

Dando destaque à questão do ensino e dos conteúdos que são trabalhados na escola, os estudantes salientam, de início, a necessidade constante que os professores e monitores têm de abordar conteúdos e vinculá-los à realidade de cada jovem que se encontra nas aulas. Grande parte dos entrevistados afirma que muito do que aprendem na escola é replicado na família, tanto no nível de mediação dos conhecimentos adquiridos em sala quanto de aplicação das aulas práticas na produção realizada no TC. Concordante a seus colegas, o aluno H salienta quanto à materialidade dessa relação em seu contexto: “Sim, porque tudo que eu faço aqui faço lá em casa”. A aluna Q ressalta a importância dessa relação teórico-prática proporcionada pela escola: “[...] por exemplo, eles ensinam aqui como devemos cuidar do solo, do meio ambiente: e na minha realidade eu preciso saber cuidar realmente do solo para ter frutos bons entre outras coisas”. Essa relação é evidenciada nas figuras 3 a 6. O aluno S destaca a contribuição que o ensino da escola proporcionou à sua realidade: “[...] depois da EFA, nossa família aprendeu muita coisa”.

Figuras 3 a 6: Atividades práticas dos estudantes na EFA

Figura 3: Manejo da terra para novo plantio



Figura 4: Cultivo de hortaliças



Figura 5: Adubação de mudas diversas



Figura 6: Limpeza de curral, galinheiro, etc.



Fonte: Pesquisa de campo (2017).

Mediante as falas dos estudantes entrevistados, é posto também em consideração a prioridade de que esses conteúdos possam atingir não somente a família deles próprios, mas toda a comunidade, no sentido de que esse conhecimento seja disseminado e possa “frutificar” na agricultura realizada na comunidade. Ainda que alguns estudantes vivam na cidade e não possam ter acesso a um pedaço de terra e às atividades agrícolas produzidas nelas dentro do seu cotidiano de vida, eles sentem também a necessidade de aprender e aplicar aquilo que se é ensinado na escola, na qual seus pais procuram ajudá-los, levando-os à terra de familiares ou de amigos próximos para que esses jovens não percam de vista os conteúdos que aprendem traduzidos na prática do trabalho na terra.

Questionados quanto às experiências vivenciadas no “chão da escola”, os estudantes colocam que essas são inúmeras e se relacionam à vida de cada um. A aluna A aborda a questão frente aos aspectos pedagógicos da escola que se atrelam ao mundo do conhecimento científico e do trabalho camponês: “Nós trabalhamos no campo. Aliás o regimento da escola é bem claro. Independente da agricultura ou zootecnia nós

cuidamos dos animais e das plantas. Elas se relacionam de acordo o conhecimento que temos”.

Consideram eles que as vivências proporcionadas pela escola são pertinentes no processo de aquisição de conhecimentos, sendo esses repercutidos no próprio modo de vida e de prática com a terra. São experiências que, para estes jovens, são significativas e possibilitam novas formas de olhar o campo e lutar por ele enquanto sujeitos que estão se reproduzindo nesse espaço. Outro ponto destacado pelos estudantes versa em torno da satisfação destes jovens em colaborar com a comunidade diante daquilo que vêm aprendendo na escola, pois há casos de agricultores com filhos ou netos que moram na cidade e acabam perdendo, não a essência camponesa, mas a prática de trabalho na agricultura, situação essa que acaba comprometendo o andamento das atividades agrícolas de algumas famílias. Nesse contexto, os estudantes da EFA têm garantido, não somente a reprodução social das suas próprias famílias, mas, sobretudo, uma sociedade na qual eles também fazem parte. Sendo assim:

Apenas a mais ampla das concepções de educação nos pode ajudar a perseguir o objetivo de uma mudança verdadeiramente radical, proporcionando instrumentos de pressão que rompam a lógica mistificadora do capital. Essa maneira de abordar o assunto é, de fato, tanto a esperança como a garantia de um possível êxito. (MÉSZÁROS, 2008, p. 48).

No que diz respeito à colaboração desses jovens no trabalho camponês, propiciado pelo aprendizado e por meio das atividades realizadas na EFA, os estudantes colocam em evidência os desafios e as conquistas obtidas durante o período em que estão matriculados na escola, momentos esses que têm sido centrais nas relações dos sujeitos com o universo camponês, como coloca o aluno R: “Como algumas pessoas da minha família praticam a agricultura, tento também trazer várias coisas para minha família”. O aluno P ressalta a importância das informações recebidas na escola e que eram novidade para seus familiares: “São muitas atividades que minha família não sabia”; como também afirma o aluno M, destacando a melhoria no cultivar da terra por meio das técnicas da escola e os malefícios na utilização de produtos químicos na agricultura: “Com as técnicas que aprendi na escola, passo para minha família ter um produto de melhor qualidade e sem o uso de agrotóxico”. Já a aluna Q aborda esse processo no sentido de como ele tem

contribuído favoravelmente à produção: “Agora o manejo do solo a gente faz diferente e os plantios melhoraram bastante”.

A aluna K aponta que, mesmo diante de práticas iniciadas ou continuadas com/na terra através da escola, esse aprendizado tem também proporcionado aos estudantes melhores relações de convivência com seus familiares: “Porque talvez pode entrar algum aluno sem saber trabalhar no campo, sem saber respeitar a família e a escola nos ajuda”. No modo de viver o campesinato, é preciso que a resistência seja uma realidade constante. Por isso, torna-se essencial que esses jovens construam afinidades não somente com a terra, mas também com os sujeitos que estão ao seu redor, tendo o intuito de se organizarem em defesa da agricultura camponesa, que cada dia vem sendo atingida pela lógica do “desenvolvimento” capitalista no campo, pois:

O discurso da modernização do campo, ao tempo que reforça o processo da monopolização e da territorialização do capital, acentua a expulsão dos camponeses da unidade de produção familiar, à medida que permite o processo de subsumção do trabalho ao capital. Desprovidos de possibilidades da terra como condição de vida, o Estado, pela coação, impõe um discurso velado da submissão ao capital à medida que favorece a crescente mobilidade do trabalho. (CONCEIÇÃO, 2007, p. 79).

Quanto à avaliação da pedagogia da alternância na escola, todos os estudantes afirmaram gostar da forma na qual ela se realiza dentro e fora do espaço escolar, como coloca a aluna C: “[...] o tempo na escola é de aprendizado, em casa é pra aplicar o que aprendemos com a comunidade e família”. A aluna K coloca a responsabilidade em participar desse projeto pedagógico, pois: “a gente fica quinze dias em casa, mas não é de férias, estudamos e trabalhamos o que aprendemos nos serões da escola, depois passamos pra comunidade”. No período do TC, os estudantes levam para casa algumas atividades para serem desenvolvidas durante os quinze dias, tendo – após esse período – o retorno das atividades, em que os estudantes apresentam à escola os resultados das ações que desenvolveram durante os dias em que estavam em suas casas.

Indagados sobre a diferença desse projeto pedagógico em relação às outras escolas do município, muitos dos entrevistados reconhecem o privilégio em estudarem na EFA, pelo seu ensino funcionar de forma integral e estar voltado aos aspectos camponeses, como ressalta o aluno P: “A Escola Família Agrícola nos promove mais aprendizado e no

tempo das chuvas nas outras escolas os alunos perdem muitas aulas, na EFA não”. Alguns desses jovens entrevistados colocam que, por outras escolas se situarem em um contexto urbano, essas não difundem a realidade camponesa – e quando difundem desvelam o campo como lugar do atraso. O aluno K revela o diferencial da EFA quando “os professores se importam com os alunos, ajuda no que for preciso, dá oportunidades aos alunos, conversa com a família se for preciso etc.”; e a aluna C destaca que esse diferencial acontece mesmo estudando as disciplinas de uma escola regular, pois – além do simples fato de aprender de forma disciplinar –, na EFA, a necessidade é do ensino e da aprendizagem contextualizada, levando sempre em consideração a realidade de cada aluno.

Considerações Finais

Analisando o projeto da EFA em sua totalidade, pode-se compreender que seus sujeitos – na vivência de uma prática pedagógica contextual – têm a convicção de apoiar e gostar das atividades que acontecem dentro e fora da escola, sendo a forma como essa instituição conduz seu trabalho pedagógico reconhecida tanto pelos sujeitos que fazem parte dela – professores, monitores, estudantes e seus familiares – quanto pela sociedade que está à sua volta.

Nas afirmações dos sujeitos pesquisados, também percebemos o quanto demonstram a coletividade e o engajamento nas causas sociais, no intuito de perpetuação dos seus valores e da essência em serem camponeses, mediante a educação passada e recebida em alternância. Isso não se restringe apenas ao chão da escola, mas também, e principalmente, através da educação familiar, no convívio social e no contato com a produção agrícola na terra de trabalho.

Dentro desse contexto, a instituição tem sido considerada como singular e de grande importância entre as escolas existentes no município, assumindo um papel político centrado na luta social, na causa por uma educação de qualidade, contemplando seus sujeitos em sua essência histórica e, sobretudo, como detentores da condição de seres camponeses.

Assim, o processo de reprodução camponesa presente na realidade pesquisada se realiza mediante as vivências dos sujeitos camponeses da EFA na terra de trabalho, bem

como no fortalecimento desses tanto no âmbito político quanto na agregação de valores presentes nas suas famílias, fomentando o despertar dos camponeses em direção à emancipação de uma classe, da qual eles fazem parte, em vista da luta por uma educação do campo enquanto alternativa para um outro mundo possível.

Notas

¹ Esse texto é parte integrante da monografia de graduação intitulada “A Escola Família Agrícola (EFA) nas estratégias de reprodução camponesa do município de Anagé/BA”, defendida em meados de 2018 junto ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), sob a orientação da Prof^ª Dr^ª Suzane Tosta Souza.

² Seja no enfraquecimento da luta; na criminalização dos movimentos sociais do campo por atos repressivos do Estado – que comunga dos ideais capitalistas e possibilita que esses se tornem reais; na saída forçada de jovens do campo para a cidade na ilusão da “autonomia” socioeconômica que pouco possivelmente terão, acabando por se depararem com a onda do desemprego e suas graves consequências.

³ A Pedagogia da Alternância é estruturada na EFA em dois períodos mensais de quinze dias, nos quais os primeiros quinze dias são chamados de Tempo Escola (TE), em que se desenvolvem estudos teóricos e práticos na escola. Os outros quinze dias são chamados de Tempo Comunidade (TC), em que se aplica todo o conhecimento adquirido na escola para a produção camponesa.

⁴ As entrevistas e imagens que constam neste texto foram colhidas em pesquisa de campo realizada em meados de 2017 para a elaboração da nossa monografia de graduação. Com o compromisso de preservar a identidade dos sujeitos da pesquisa, referimo-nos aos indivíduos de acordo com a função que exercem junto à EFA.

⁵ Vale destacar que estes cursos têm sido oferecidos pelas próprias EFA's onde funcionam o Ensino Médio integrado ao Ensino Técnico, como nas unidades de Caculé e Macaúbas, no sudoeste da Bahia.

Referências

ALMEIDA PINTO, M. P. de; GERMANI, Guiomar Inez. Escola Família Agrícola: Um modelo Autogestionário? In: **XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária**. Uberlândia: UFU, 2012.

CALDART, Roseli Salete. Educação do Campo. In: Roseli Salete Caldart, Isabel Brasil Pereira, Paulo Alentejano e Gaudêncio Frigotto (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

CAMACHO, Rodrigo Simão. O agronegócio latifundiário versus a agricultura camponesa: a luta política e pedagógica do campesinato. In: **XIX Encontro Nacional de Geografia Agrária**. São Paulo, 2009, p. 1-34.

CHAVES, Kênia Matos da Silva; FOSCHIERA, Atamis Antonio. Práticas de Educação do Campo no Brasil: Escola Família Agrícola, Casa Família Rural e Escola Itinerante. In: **PEGADA**: vol. 15, n.2, dezembro/2014.

CONCEIÇÃO, Alexandrina Luz. Jovens andarilhos no curto ciclo do capital. In: **OKARA: Geografia em debate**, João Pessoa, v.1, n.1, p. 77-100, 2007.

DE SOUZA, João Valdir Alves. Pedagogia da Alternância: Uma alternativa consistente de escolarização rural?. In: **Anais da 31ª Reunião Anual da ANPED**. Caxambu, 2008. v. 1. p. 1-16.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

HARVEY, David. **Espaços de esperança**. São Paulo: Edições Loyola. 2004.

MÉSZÁROS, István. **A Educação para Além do Capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

OLIVEIRA, Guilherme Matos de; et al. **Luta por uma educação do campo: a Escola Família Agrícola sob o tripé estratégico de formação, reprodução e emancipação dos sujeitos camponeses de Anagé/BA**. In: VIII Simpósio Internacional de Geografia Agrária e IX Simpósio Nacional de Geografia Agrária. GT 14 - Educação do/no Campo. Curitiba: UFPR, 2017. v. 1. p. 1-5.

_____. **A Escola Família Agrícola (EFA) nas estratégias de reprodução camponesa do município de Anagé/BA**. Monografia (Graduação em Geografia). Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia. Departamento de Geografia. Laboratório de Estudos Agrários e Urbanos, 2018. 82 p.

SOUZA, Suzane Tosta. **Da negação ao discurso “hegemônico” do capital à atualidade da luta de classes**. Camponeses em luta pelo território no Sudoeste da Bahia. Tese (Doutorado em Geografia). Núcleo de Pós-Graduação em Geografia (NPGeo). Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, 2008. 715 p.

VENDRAMINI, Célia Regina. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Cad. Cedes**, Campinas, vol. 27, n. 72, p. 121-135, maio/ago. 2007.

Recebido em 23/05/2019.

Aceito para publicação em 10/09/2019.